

Acta número três sessão extraordinária Assembleia de Freguesia de Nogueira, Fraião e Lameações para o mandato 2013 – 2017

---Aos vinte e dois dias do mês de abril de dois mil e catorze, no pólo um da junta de freguesia de Nogueira, Fraião e Lameações, localizada na Rua da Fonte Seca, número 1, decorreu pelas vinte e uma horas e trinta minutos a assembleia extraordinária da assembleia de freguesia (AF) de Nogueira, Fraião e Lameações correspondente ao quadriénio dois mil e treze, dois mil e dezassete. A reunião foi presidida por Carlos Dourado, Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, contou com a presença de todos os deputados eleitos das bancadas da coligação Juntos por Braga (JPB), Partido Socialista (PS), Coligação Democrática Unitária (CDU) e Cidadania em Movimento (CEM) estando André Matos presente em substituição da deputada Lúcia Rodrigues que tinha justificado a sua ausência junto da Mesa da Assembleia de Freguesia. Na Assembleia estiveram ainda presentes os cinco elementos que compõem o executivo da freguesia. A Assembleia contou com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Proposta número um – reorganização dos serviços da Freguesia, Organigrama, Mapa de Pessoal e Regulamento sobre a Estrutura Orgânica dos Serviços da Freguesia de Nogueira, Fraião e Lameações; -----
2. Proposta número dois – Regulamento dos Cemitérios da Freguesia de Nogueira, Fraião e Lameações; -----
3. Proposta número três – Regulamento da utilização dos espaços da Freguesia de Nogueira, Fraião e Lameações; -----
4. Proposta número quatro – Regulamento Geral e Tabelas de Taxas e Licenças da Freguesia de Nogueira, Fraião e Lameações; -----
5. Proposta número cinco – celebração de acordo de execução de delegação de competências com o Município de Braga em matéria de gestão e manutenção de espaços verdes, limpeza de vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros, manutenção e reparação do mobiliário urbano instalado no espaço público (com excepção do que for objecto de concessão), realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico e manutenção dos espaços envolventes; -----
6. Proposta número seis – opções do Plano e Orçamento para 2014 -----
7. Proposta número sete – atribuição de apoios financeiros a diversas entidades --
8. Proposta número oito – celebração de protocolos com diversas entidades -----
9. Declaração de autorização para celebração de contratos plurianuais relativos ao ano de 2014, em cumprimento da alínea c), do nº 1 do art.º 6º da Lei 08/2012 de vinte e um de fevereiro, com as devidas adaptações ao subsector local de acordo com o art.º 12º do Decreto-lei 127/2012 de vinte e um de junho; -----

10. Verificação dos requisitos relativos ao exercício de funções a meio tempo pela
Presidente de Junta. -----

---Carlos Dourado, presidente da Assembleia de Freguesia, deu início à sessão extraordinária, efectuando um pedido de desculpas pelo atraso de alguns pontos, tendo conhecimento que tal facto inquietou os deputados, contudo foi enviada uma comunicação com a justificação para o mesmo. -----

---Informou que não haveria período antes da ordem do dia, nem intervenção do público tal como o constante na legislação em vigor relativa às sessões extraordinárias. O deputado José Manso perguntou qual a razão e se tal constava no Regimento, o Presidente explicou que se tratava de uma sessão extraordinária, remetendo para o quadro legal. -----

---O Presidente da Assembleia questionou se o Partido Socialista teria porta-voz, o deputado José Manso confirmou, referindo que após acordo do Partido Socialista foi-lhe atribuído o papel de porta-voz, entregando a declaração em anexo. -----

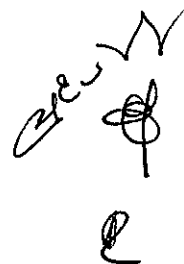
---Carlos Dourado passou para o ponto número um da ordem de trabalhos. Inscreveram-se para intervir os deputados José Manso e André Matos. -----

---O deputado José Manso usou da palavra referindo que tendo em conta a extensão da documentação, e não obstante a autorização acordada para a receção da documentação por correio eletrónico, se futuramente esta poderia ser facultada aos senhores deputados através de uma cópia impressa. -----

---José Manso aproveitou ainda a sua intervenção para proceder à análise do mapa de pessoal (página dezanove, art.º 16, nº 2) tendo apresentado uma proposta (em anexo) de alteração à Assembleia de Freguesia, pedindo a referência do nome dos funcionários no organigrama solicitando também que fosse funcional. -----

---O presidente da Assembleia deu a palavra ao deputado André Matos, que referiu que após observação do quadro de funcionários gostaria de ser elucidado da quantidade de vagas ocupadas, visto achar que existe um número elevado de administrativos, comparativamente à junta de freguesia de São Vítor, pedindo um esclarecimento nesse sentido. -----

---Carlos Dourado passou a palavra ao tesoureiro João Marques que explicou que relativamente à questão relacionada com o ponto 2 do art.º 16 que a configuração adoptada foi essa em consequência do excesso de trabalho administrativo atribuído ao Executivo que, não podendo assumir mais carga administrativa, organiza-o pelos seus funcionários. No que respeita à segunda questão, o mapa de pessoal resulta do



levantamento das necessidades que a configuração atual da freguesia exige. Neste momento, e tal como afirmou o tesoureiro, há dúvidas relativamente aos vínculos com o pessoal que transitou dos anteriores executivos existindo quatro casos concretos a ser analisados por um advogado, tendo em conta esse constrangimento não é possível apresentar um quadro mais completo. Comparativamente à freguesia de S. Vitor embora esta tenha uma dimensão maior e tenha um maior número de eleitores tem um orçamento menor para gerir, tendo em conta que a junção das freguesias de Nogueira, Fraião e Lameiras traduziu-se numa extensão de oito quilómetros e meio quadrados de área com zona rural e urbana. -----

---Quanto aos quadros administrativos referenciados, o deputado foi informado da existência de três pólos a funcionar com o intuito de continuar a prestar o melhor serviço de apoio à população, estando também assegurado o horário de almoço em todos os centros de atendimento. -----

---O Presidente da Assembleia colocou à votação o ponto número um apresentado pelo Executivo e o mesmo foi aprovado com seis votos a favor da Coligação e sete abstenções dos restantes partidos, tendo no diploma que constar a alteração da redação proposta pelo PS relativamente ao ponto número 2, artigo 16º, aprovada com sete votos a favor por parte dos deputados do PS, CDU e CEM e seis contra da Coligação. -----

--- Passou-se para o ponto número dois da ordem de trabalhos referente ao regulamento de cemitérios da freguesia, não havendo nenhuma inscrição para intervenção, o mesmo foi colocada a votação tendo sido aprovada com doze votos a favor, os da Coligação, PS e CEM e uma abstenção, da CDU.

--- Seguidamente, quanto ao ponto número três da ordem de trabalhos relativo ao regulamento de utilização dos espaços da freguesia de Nogueira, Fraião e Lameiras, não havendo nenhuma inscrição para intervenção, o mesmo foi colocado a votação tendo sido aprovado por unanimidade. -----

---Carlos Dourado passou para o ponto número quatro da ordem de trabalhos relativo ao regulamento geral e tabelas de taxas e licenças da Freguesia de Nogueira, Fraião e Lameiras. -----

---Inscreveram-se para intervir os deputados José Manso e André Matos. -----

---O deputado José Manso usou da palavra apresentando proposta (em anexo) de alteração do ponto 1.1, artigo 8º, alínea c) na página catorze onde considerava que deveriam ser conferidas isenções totais para a manutenção de campas às ordens religiosas da Freguesia, passando em seguida para a apresentação de uma nova

proposta referente ao último parágrafo do artigo sobre a isenção das famílias de poucos recursos, propondo a criação de uma comissão de avaliação da situação financeira das famílias mais carenciadas. -----

---O deputado refere que genericamente as taxas indexadas são altas, nomeadamente as taxas indicadas na educação, o deputado estranha a dualidade de critérios, dentro da Coligação que compõe este Executivo que é o mesmo que compõe a Câmara Municipal de Braga, recordando que a Câmara oferecerá livros escolares a todos os alunos independentemente da capacidade contributiva do agregado familiar, considerando injusto que a Junta de Freguesia não prevê isenção de taxas para matrículas escolares. Para o deputado esta situação revela alguma incoerência e ainda insensibilidade social. O deputado André Matos menciona as taxas aplicadas à capela mortuária de Nogueira serem demasiado elevadas e que se cria injustiça comparativamente às restantes freguesias. -----

---O Presidente da Assembleia passou a palavra ao Executivo. A Presidente da Junta, Goreti Machado, usou da palavra e começou por responder à bancada Socialista afirmando que a isenção de cinquenta por cento às ordens religiosas no que respeita à manutenção das campas, sugere um sinal de sensibilidade por parte do executivo, ao contrário do que se pretende afirmar, utilizando como exemplo a experiência da extinta Freguesia de Fraião, que tendo um talhão pertencente ao Seminário e outro às Irmãs Missionárias do Espírito Santo se isentassem o valor na totalidade seria um valor demasiado elevado para Junta de Freguesia comportar a nível de manutenção, na medida em que a redução de cinquenta por cento já é uma ajuda significativa para as associações. -----

---O tesoureiro João Marques fez uso da palavra para responder à proposta colocada pelo PS para explicar que existem três tabelas desfasadas, pelo que o executivo procurou estabelecer um equilíbrio e nesse sentido ter um critério objetivo que pensam ter conseguido. Mencionou ainda que não encontra a taxa que o deputado André Matos referiu e que a capela mortuária não tem qualquer tipo de taxa. -----

---A Presidente da Junta, Goreti Machado, interveio afirmando que a capela tem gastos nomeadamente, na altura do inverno com o aquecimento, contudo não aplicam nenhuma taxa de utilização, referindo que no caso de Lamações quem os assume é a paróquia. -----

---O tesoureiro João Marques sublinhou que no que toca à proposta do PS para a criação de uma Comissão Social, essa avaliação poderia ser encaminhada para o Gabinete de Ação Social. -----

---O Presidente da Assembleia procedeu à votação da proposta número um para este ponto de discussão do PS, referente à isenção total das taxas de manutenção das campas para as ordens religiosas, tendo sido reprovada com os seis votos contra da Coligação, duas abstenções, da CDU e CEM, e cinco a favor do PS. Seguidamente procedeu-se à votação da segunda proposta apresentada pelo PS referente à comissão Social para a avaliação das famílias carenciadas, tendo sido aprovada com sete votos a favor do PS, CEM e CDU e seis contra da Coligação. -----

---A proposta número quatro do Executivo referente ao regulamento geral e tabelas de taxas e licenças da Freguesia de Nogueira, Fraião e Lamações foi levada a votação, tendo sido aprovada com seis votos da Coligação a favor e sete abstenções das restantes forças representadas. -----

---A deputada Bárbara Barros apresentou uma declaração de voto, justificando a sua abstenção com o facto da tabela ser extensa e não haver um cálculo preciso das fórmulas aplicadas, valorizando o esforço concretizado relativamente aos documentos administrativos. -----

---O Presidente da Assembleia passou para o ponto número cinco referente à celebração de acordo de execução de delegação de competências com o Município de Braga em matéria de gestão e manutenção. A deputada Bárbara Barros inscreveu-se para intervenção propondo que o presente ponto fosse retirado da ordem de trabalhos por ainda não ter sido debatido no seio do Executivo camarário e em Assembleia Municipal, dado que no limite poderá ser chumbado em Assembleia Municipal. -----

---Carlos Dourado procedeu à votação da proposta da CDU, tendo sido aprovada com sete votos a favor, do PS, CEM e CDU e seis abstenções da Coligação. -----

---A presidente da Junta usou da palavra chamando a atenção para o facto do orçamento feito ter por base os acordos apresentados, o que obrigaria, se o tema fosse adiado, a nova Assembleia Extraordinária. A deputada Bárbara Barros sublinhou que os valores poderiam manter-se, mas que não poderíamos partir do princípio que o orçamento seria calculado com base nesta fórmula. -----

---A discussão das opções do plano e orçamento para dois mil e catorze foi o ponto que se seguiu na ordem de trabalhos, tendo as bancadas do PS, CEM e CDU solicitado o uso da palavra. -----

---A deputada da CDU, Bárbara Barros, defendeu que o debate sobre as opções do plano e orçamento para dois mil e catorze deveria seguir-se à discussão da atribuição de subsídios e não ao contrário. -----

---Apesar da observação da deputada, o Presidente da Assembleia de Freguesia prosseguiu com a discussão do ponto seis da ordem de trabalhos, não alterando a ordem de discussão. -----

---A primeira intervenção coube a José Manso (PS) que disse que a proposta de orçamento era demasiado vaga e apresentava algumas falhas, a primeira das quais originou a apresentação à Mesa da Assembleia de Freguesia um voto de protesto (em anexo), onde afirma que o documento enviado a todos os deputados contém uma “inverdade” ao afirmar que foram ouvidos todos os partidos com assento na Assembleia de Freguesia. Esta “inverdade” defendida pela bancada Socialista passa pela não existência de uma reunião com a bancada do segundo partido mais votado para a Assembleia de Freguesia, ao contrário do que aconteceu com a bancada da CDU que, como tinha afirmado num momento anterior, tinha estado reunida com o executivo. -----

---Além da crítica tecida ao executivo, José Manso apontou algumas dúvidas relativas às opções do plano como os encargos previstos relativos à requalificação do parque escolar e dos caminhos vicinais, tendo referido também que a requalificação destes deveria ser inserida no Plano Plurianual de Investimento (PPI). O deputado aproveitou a sua intervenção ainda para alertar para o facto da população que vive próxima da Piscina Municipal de Nogueira não permitir o reaproveitamento daquele espaço durante a noite, pedindo também mais informações relativas às sessões teatrais propostas pelo executivo. -----

---Ainda durante a sua intervenção, José Manso alertou para o facto de que todas as medidas propostas e constantes nas opções de plano relativas à rubrica “Investimento e Obras” devem constar no Plano Plurianual de Investimento. Todavia, segundo a bancada socialista, tal não acontece em todos os casos, tendo dado alguns exemplos e chamado à atenção para a nomenclatura usada em alguns dos casos como “conservação” que, não sendo investimento, não poderá estar naquela rubrica nem ser considerada no Plano Plurianual de Investimento. -----

---Outro dos pontos focados pela bancada socialista prendeu-se com a heráldica adoptada pela Junta e que é composta por um trevo. José Manso considerou que a utilização do trevo é ilegal dada a ausência de discussão em Assembleia de Freguesia da heráldica para a união de três freguesias, pelo que aconselha a retirada imediata do símbolo. -----

---José Manso contestou também a inclusão do parque de lazer da Quinta da Bemposta nas opções de plano para 2014, devido à verba ter sido recebida em 2013, tendo pedido também esclarecimentos (em anexo) sobre a rubrica “Pessoal” no que toca ao pessoal em regime tarefa e avença e outras situações. -----

---Depois de entregue o pedido de informações, o porta-voz socialista pediu ainda dois esclarecimentos relativos à verba atribuída para a requalificação do pólo número dois (em Lamações) e ao campo de jogos de Fraião. -----

gr ✓
\$
B

---Na sua última intervenção, o deputado perguntou em que data tinha sido aprovada a proposta das opções do plano e orçamento para dois mil e catorze servindo-se das actas das reuniões do executivo, onde disse não constar a aprovação do Plano Plurianual de Investimentos, tal como vinha referido no documento enviado aos deputados pelo Executivo. -----

---Seguiu-se a intervenção de André Matos que concentrou as suas atenções nas despesas com comunicações por parte da autarquia, dado que considera que o valor apresentado é excessivo, sugerindo a revisão de contrato com a operadora. Outro dos pontos focados passou pelo consumo de água da Piscina Municipal de Nogueira que é similar ao valor gasto pelo cemitério de Nogueira. -----

---Depois das intervenções dos deputados, o Presidente da Assembleia de Freguesia passou a palavra ao Executivo na pessoa de Goreti Machado que referiu que os caminhos iriam ser limpos, não necessitando neste momento de outro tipo de intervenção e sublinhando também que a concretização das noites temáticas irá ser garantida sem causar distúrbios ao nível do ruído com a vizinhança. -----

---De seguida o tesoureiro respondeu ao deputado José Manso lamentando de facto o erro presente no preâmbulo do plano de opções e orçamento para 2014, sublinhando também que iria ser corrigida a situação do Plano Plurianual. João Marques justificou também a verba atribuída para a reparação do telhado do pólo 2 (Lamações) e ainda que o valor atribuído ao campo de jogos de Fraião é referente à manutenção. -----

---Ainda durante a sua intervenção, João Marques respondeu a André Matos referindo que neste momento os valores das comunicações são elevados em consequência dos contratos que cada uma das extintas freguesias tem de cumprir, assegurando que os valores irão reduzir quando houver negociação de um novo contrato. -----

---No seguimento do ponto número seis da ordem de trabalhos, foi introduzido pelo presidente da Assembleia de Freguesia o ponto número sete relativo à atribuição dos apoios financeiros dados às diversas entidades da freguesia de Nogueira, Fraião e Lamações. -----

---Para a discussão inscreveram-se para falar o deputado da bancada socialista, José Manso, o deputado da bancada correspondente à Cidadania e Movimento, André Matos, e Bárbara Barros, da CDU. -----

---José Manso foi o primeiro a intervir acusando o executivo de discriminar as associações na hora de atribuir os apoios utilizando como exemplo os valores dos diversos agrupamentos de escuteiros da freguesia e ainda das Guias de Nogueira, bem como a ausência de apoio a instituições como IRIS e a Conferência Vicentina de São João Baptista de Nogueira. -----

---Já André Matos interpelou o executivo para saber quais os critérios para a atribuição dos subsídios, solicitando que o regulamento seja conhecido, servindo-se do exemplo da Junta de São Vítor que tem o regulamento publicado e disponível para a população.

---Bárbara Barros questionou a legitimidade da aprovação do subsídio à Associação São Tiago de Fraião devido ao facto da mesma ser presidida pela presidente do executivo. A deputada sublinhou que no documento enviado à Assembleia de Freguesia é referida a aprovação por unanimidade, sendo que tal entra em conflito legal com o cargo que ocupa atualmente na associação. -----

----O presidente da Assembleia de Freguesia, depois das intervenções dos deputados, solicitou ao executivo a sua intervenção. -----

---A presidente do executivo, Goreti Machado, respondeu à interpelação direta da deputada da CDU dizendo que de facto tinha errado ao ter assinado o documento com a referência à votação por unanimidade, dado que na reunião do Executivo tinha dito que tanto ela como o vogal António Machado não fariam parte desta votação devido ao conflito de interesses. -----

---Já o tesoureiro respondeu às intervenções dos deputados do PS e do CEM afirmando que a atribuição de subsídios está dependente da apresentação do plano de atividades, bem como da sua execução. -----

---José Manso, em nome do PS, apresentou um protesto (em anexo) onde se queixava do facto de tanto no subsídio atribuído à Associação de São Tiago de Fraião, como no subsídio do Centro Social de Nogueira estes terem sido aprovados por membros ou familiares diretos da direção. -----

---Depois das intervenções dos deputados e do executivo procedeu-se à votação da proposta que foi aprovada com seis votos da Coligação a favor e sete abstenções dos restantes deputados. -----

---No ponto referente à celebração de protocolos com várias entidades, as bancadas do PS, da CEM e da CDU inscreveram-se para solicitar alguns esclarecimentos. -----

---O porta-voz do PS, José Manso, começou por dizer que este ponto seria uma réplica do ponto número sete da ordem de trabalhos, ao considerar que todas as instituições a serem contempladas com subsídios deverão ser tidas como entidades com as quais a Junta mantém protocolo. José Manso salienta que da lista apresentada pelo executivo deveriam fazer parte também associações como o IRIS e a Conferência Vicentina de São João Baptista de Nogueira. -----

---Já André Matos salientou que o protocolo quando associado à subsidiação reflete uma grande pressão política junto das instituições ao obrigar a que as associações intervenham nas atividades da Junta de Freguesia em troca de financiamento. -----

---Na sua intervenção, Bárbara Barros corroborou com a ideia defendida por André Matos e referiu que o problema da proposta apresentada prendia-se com uma questão semântica e que, portanto, deveria haver uma substituição frásica. Onde se lê "por contrapartida de participação" deverá ler-se "incentivando a participação". -----

---Depois de discutida a alteração semântica, a proposta foi levada a votação, levando à sua aprovação com sete votos a favor, da Coligação e da CDU e seis abstenções, de PS e CEM. -----

---Os deputados do PS, CEM e CDU recusaram-se todavia a, como referiu Bárbara Barros, "passar um cheque em branco" ao executivo ao autorizar a celebração de protocolos de longa duração sem que estes sejam discutidos primeiro em sede de Assembleia de Freguesia. -----

---No que se refere à celebração de contratos plurianuais relativos ao ano dois mil e catorze, a proposta do Executivo foi aprovada com doze votos a favor, os da Coligação, PS e CEM e uma abstenção, da CDU. -----

---O presidente da Assembleia de Freguesia procedeu à verificação dos requisitos relativos ao exercício de funções a meio tempo pela Presidente de Junta. -----

---Para concluir a reunião, procedeu-se à formalização da votação das propostas apresentadas e votadas durante a sessão extraordinária através de minuta. -----

---Nada mais havendo a tratar, o presidente da Assembleia de Freguesia deu por terminada a sessão da qual resulta a presente ata, que depois de lida será assinada pela mesa. -----

---Presidente da Assembleia de Freguesia: Carlos Eusebio Duarte da Faria Lito

---Primeira Secretária: Ernesta Pinheiro

---Segunda Secretária: Ana Duque Pereira